

Bloco

Para fazer
o que nunca
foi feito

INFOMAIL



Mariana
Mortágua

Rui
Jorge

Por Portalegre

LEGISLATIVAS 2024

Depois de 10 de março, Portugal será diferente. A escolha é entre um regresso ao passado, com mais desigualdade e autoritarismo - ou mudar para melhor. O **Bloco** é a força para abrir esse caminho, um caminho de mudança, assente num acordo à esquerda por mais salário, habitação, educação e saúde.

O PS não tem soluções para as crises que criou. Deixou a saúde e a educação degradarem-se e fez explodir a crise na habitação. O salário médio estagnou e a política do PS deixou um país de salários mínimos. Enquanto a renda, a prestação e a inflação apertavam a vida do povo, a banca, a EDP e a Galp tiveram lucros recorde.

A direita esteve junta no governo de Passos Coelho e Paulo Portas. Agora quer juntar-se de novo. Querem enfraquecer os serviços públicos para dar milhões a ganhar aos privados. Querem menos impostos para os mais ricos, menos proteção social para os de baixo. Protegem a minoria: os donos disto tudo, os milionários, as grandes empresas. A direita é sempre a forma errada de nos livrarmos da má política. Não merecem o benefício da dúvida.

O voto no Bloco coloca a direita no seu lugar: a oposição, longe do poder. Mas as coisas não podem continuar na mesma. O Bloco denunciou a promiscuidade e a corrupção e já disse ao que vem nestas eleições. Queremos ter força para impor uma maioria na Assembleia da República que traga mudança à vida das pessoas. Uma maioria que garanta que os salários médios aumentam, que baixe as rendas e as prestações, que garanta médicos nos hospitais e professores nas escolas.

Votar Bloco é dar força à mudança e é um voto que conta para uma maioria à esquerda. Queremos um acordo amplo para essa maioria para melhorar a vida.

Candidatura do Bloco
por Portalegre → PÁG.4

 PALESTINA LIVRE
FIM AO GENOCÍDIO

PROGRAMA PARA VIRAR A PÁGINA



Acabar com a impunidade e a corrupção

Criminalização do enriquecimento injustificado, taxar a 100% a riqueza abusiva sem origem clara; durante seis anos, ex-governantes não podem ser contratados por empresas do setor que tutelaram.



Proteger o planeta com justiça social

Combater as alterações climáticas com mais transportes e empregos, sem penalizar quem trabalha.

Passes municipais a 15 euros e intermunicipais a 20 euros em todo o país; passe ferroviário nacional a 40 euros.

Energia renovável: aposta no solar descentralizado e fim das megacentrais.

Revogar as leis PIN e o simplex ambiental; novas regras para exploração de recursos naturais, agricultura intensiva e turismo agressivo.

Cortar as emissões dos mais ricos: taxar os lucros das petrolíferas; travar os jatos privados; eletrificação dos cruzeiros.



Justiça contra os privilégios

Imposto sobre as grandes fortunas e sobre lucros excessivos.

IVA da eletricidade e gás a 6%; leques salariais nos setores público e privado: nenhum gestor pode ganhar num mês mais do que um trabalhador da mesma empresa ganha num ano.



Saúde e Educação: o futuro é Público

Sem investir no SNS e na Escola Pública teremos serviços públicos degradados para os pobres e a classe média a pagar caro no privado.

Mais profissionais para o SNS funcionar: exclusividade a sério com majoração de 40% do salário; aumento em três posições remuneratórias (mínimo 150 euros); progressões automáticas.

Saúde oral, psicologia e nutricionistas no SNS; medicamentos 100% comparticipados para quem tem rendimento inferior ao salário mínimo.

Recuperação total do tempo de serviço dos professores; programa de vinculação extraordinária de docentes precários; regime de compensação a docentes deslocados.

Rede de creches públicas com 125 mil novas vagas.





Casas para morar, não para especular

Garantir o direito à habitação é limitar o poder dos especuladores, do turismo e da banca.

Baixar as rendas: tetos para as rendas, segundo a zona e a tipologia; estabilidade no arrendamento; limites ao aumento das rendas.

Mais casas para viver: proibir a venda de casas a estrangeiros não residentes; limitar o Alojamento Local; 25% da nova construção tem de ser para habitação acessível; fim dos benefícios fiscais à especulação e a residentes não habituais.

Baixar os juros da habitação: reduzir os juros na Caixa Geral de Depósitos, arrastando todo o sistema bancário.



Horários, salários e pensões para poder viver

Mudar as regras do trabalho, por mais salário ao fim do mês e tempo para viver.

Salário mínimo 900 euros em 2024 com atualização anual de 50 euros + valor da inflação.

35 horas semanais de trabalho, semana de 4 dias e 25 dias de férias/ano no público e no privado. Mais tempo para os filhos: licença paga 5 dias/ano.

Mais 500 euros no salário de entrada na Função Pública para servir de referência ao privado e puxar salário médio para cima.

Trabalho por turnos: mais tempo e fins de semana para descansar, reforma antecipada e subsídio de turno obrigatório.

Justiça nas pensões: reforma sem penalizações aos 40 anos de descontos, pensões de quem tem mais de 20 anos de desconto acima do limiar da pobreza e recuperar pensões antecipadas penalizadas pelo "fator de sustentabilidade".



Igualdade é democracia

As instituições têm de mudar para incluir toda a gente, sem excluir nem discriminar. Só assim defendemos a democracia.

Igualdade de género: sancionar empresas que não aplicam a igualdade salarial entre homens e mulheres; crime de violação deve ser crime público; renda acessível para famílias monoparentais.

Vencer o racismo e a xenofobia: fim dos despejos sem alternativa de habitação; revisão dos manuais escolares com uma perspetiva anticolonial e antirracista; alteração ao Código Penal para impedir abordagens policiais com base na pertença étnica.

Direitos LGBTQI+: introduzir o direito à identidade de género na Constituição; formar os funcionários públicos em direitos LGBTQI+; uniformizar as normas de acesso das pessoas trans à saúde.

IVG, cumprir um direito: a interrupção voluntária da gravidez foi uma conquista que está posta em causa. Para que todas tenham acesso à IVG, propomos: fim do período de reflexão obrigatório e da exigência da intervenção de 2 médicos; alargamento do prazo até às 12 semanas; aborto médico nos centros de saúde e para as unidades de saúde familiar.



Candidatos pelo distrito de Portalegre



Rui Jorge
empresário
da restauração



Beatriz Silva
estudante (independente)



Fernando Pereira
operador de máquinas



Daniela Lopes
operadora de Call Center



MANDATÁRIO
José Luís Monteiro
reformado



**Esquerda
de confiança**



Conhece
o nosso
programa
em ↙

programa2024.bloco.org



Recebe as
novidades
do Bloco ↙

Por um distrito com futuro

O distrito de Portalegre tem sido, ao longo dos anos, abandonado pelo poder central. Para defender o interesse das populações, são necessárias mudanças. Exige-se mais investimento público na saúde, na educação, na mobilidade e no apoio social.

As populações do distrito têm sofrido dos vários males de que o interior do país sofre. A ausência de desenvolvimento económico e social reflete-se na perda de população, no encerramento de serviços públicos e na dificuldade de mobilidade devido à deterioração dos transportes coletivos.

PS e PSD, que têm governado e que têm dividido entre si a eleição dos dois deputados por Portalegre, são os principais responsáveis pelo estado a que se chegou. Nos períodos eleitorais, as promessas sucedem-se, mas os resultados no final de cada legislatura são sempre os mesmos: contínuo abandono. É preciso mudar.

É premente eleger deputados do Bloco de Esquerda para, na Assembleia da República, defenderem os interesses das populações do nosso distrito.

SAÚDE

O abandono e o desinvestimento do Governo em relação ao Serviço Nacional de Saúde faz-se sentir no distrito de Portalegre. Utentes sem médicos de família, demora nas consultas de especialidades, centros de saúde com falta de pessoal e sem condições de atendimento e de prestação dos cuidados de saúde são prova da falta de investimento. O isolamento dos idosos, o estado a que chegaram os hospitais de Portalegre e de Elvas, a falta de pessoal médico, de enfermagem e de outros serviços e o encerramento de especialidades nos dois hospitais são os casos mais graves. Para reforçar o SNS, o Bloco propõe:

- Um plano de urgência para os hospitais de Portalegre e Elvas para resolver as crises nas suas unidades de urgência.
- Garantir aos hospitais do distrito a autonomia para recrutar profissionais de saúde.
- Ativar as extensões de saúde fechadas no distrito e abordar com prioridade a lista de espera para consultas especializadas.
- Garantir a existência de transporte público que sirva os hospitais, permitindo o acesso da população.

TRABALHO

- Obrigatoriedade de as empresas apoiadas por dinheiros públicos promoverem a contratação efetiva e negociação coletiva.
- Reforço dos quadros de inspetores/as na ACT de Portalegre.
- Defesa dos postos de trabalho.
- Apoio a empresas na colocação de pessoas com mobilidade reduzida nos seus quadros.

REGIONALIZAÇÃO

A regionalização serve para combater as assimetrias regionais e promover o desenvolvimento equitativo da região de forma integrada de acordo com as respetivas necessidades. Regionalizar é democratizar, é descentralizar e é desenvolver a região. O Bloco defende um processo participado, aberto e democrático com vista à regionalização. É necessário

dotar as estruturas intermédias do Estado de legitimidade democrática. Os cidadãos e as cidadãs têm o direito de eleger os órgãos e participar na definição das políticas da sua região.

TRANSPORTES

A ausência de uma rede de transportes públicos que dê resposta às necessidades de ligação em cada concelho e entre concelhos leva ao isolamento das populações que se veem na contingência de se socorrer de serviços caros, agravando as suas dificuldades económicas. O Bloco propõe:

- Implementação de um sistema de transporte público mais eficiente, com horários flexíveis e rotas planeadas para conectar áreas remotas. Ampliar as ligações com outros distritos para estabelecer uma rede regional mais interligada e direta.
- Criação de passes sociais combinados que articulem transportes urbanos e interurbanos.
- Transportes públicos gratuitos para menores de 18 para servir o transporte de crianças para as escolas.
- Modernização e expansão das linhas ferroviárias para aumentar a eficiência de transporte de passageiros.

AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

- Persistir na luta pelo encerramento da Central Nuclear de Almaraz.
- Reforçar a fiscalização da poluição das ribeiras, impondo penalidades significativas aos agentes poluentes.
- Divulgar o cadastro florestal do Parque Natural de S. Mamede.
- Obrigatoriedade de criação de estações de tratamentos junto das empresas industriais em todo o distrito.
- Redução do cultivo de árvores de cultura intensiva.

HABITAÇÃO

- Apoio à habitação jovem.
- Plano regional de reabilitação e requalificação urbana, pública e privada, principalmente habitações devolutas.
- Apoio aos jovens nos custos de alojamento temporário ou permanente.
- 25% de casas a custos acessíveis em todas as construções para habitação.

CULTURA, PATRIMÓNIO E EDUCAÇÃO

- Preservar e reabilitar todo o património do distrito.
- Incentivar e fortalecer as várias associações (recreativas, culturais, desportivas e ambientais) e promover o artesanato regional e outras tradições locais.
- Requalificar as instalações das escolas públicas com intervenção urgente para melhorar condições climáticas e de segurança.
- Dotar os edifícios públicos com acessos para pessoas com mobilidade reduzida.